



Intelectuais da educação e o incentivo à escolarização primária no Maranhão

Diana Rocha da Silva¹

Professora da Universidade Federal do Maranhão

rocha146@hotmail.com

RESUMO

O presente estudo apresenta as principais ações empreendidas pelos intelectuais maranhenses no início da Primeira República e que influenciaram os rumos da educação pública primária nesse Estado, destacando José Tomaz de Porciúncula, Lourenço Sá, Benedito Pereira Leite e Barbosa de Godóis. A metodologia utilizada se baseou na análise das mensagens dos governadores que atuaram no cenário maranhense durante o período de 1890 a 1908, e das mensagens publicadas nos jornais desse mesmo período. Foi por meio também do debate político que vimos florescer os discursos em prol da instrução pública primária, atrelando a sua falta à carência ou ao atraso existente na sociedade. É necessário, portanto, reconhecer quem foram esses atores e o que mobilizava suas ações, entendendo o lugar ocupado na sociedade e as principais estratégias de atuação.

Palavras-chave: Instrução pública. Ensino primário. Intelectuais maranhenses.

Intellectuals of education and the incentive to primary schooling in Maranhão

ABSTRACT

The present study describes the main actions held by the intellectuals of Maranhão at the beginning of the First Republic period, with special mention to José Tomaz de Porciúncula, Lourenço Sá, Benedito Pereira Leite e Barbosa de Godóis, who have influenced the directions of primary public education in that state. The methodology used was based on a content analysis of letters written by the governors of Maranhão from 1890 to 1908 and the examination of the messages published in newspapers on the aforementioned period. It was through the political debate that discourses in support to primary public education flourished, which shed light on the idea that the lack of education is related to poorness and backwardness of the society. Therefore, it is relevant to identify those actors, the place they occupied in society as well as the main strategies held by them in order to recognize those who were involved in the support of public education actions in Maranhão.

Keywords: Public Education. Primary Schooling. intellectuals of Maranhão.

¹ Integrante do Núcleo de Estudo em História da Educação e das práticas leitoras – NEDHEL



Introdução

Sobre a matéria educativa, vários intelectuais maranhenses, no final do século XIX, defenderam a renovação dos ideais educacionais. Em seus discursos, ressaltavam a eficácia da criação de escolas públicas primárias e a defesa da ampliação do direito de aprender para as camadas populares. É importante destacar a força que alguns intelectuais passaram a ter frente às mudanças defendidas nesse período.

Por intelectuais entendemos que eram aquelas pessoas que

formularam o conhecimento sobre [determinada] matéria, [...] e que, a partir do debate de seu tema, será apropriado, irradiado e divulgado com diferentes estudos [...], pelos veículos da imprensa, por revista e por jornais da época, [...] encarregados da formação da opinião pública (BOTO, 2012, p. 10).

Ou seja, “[...] procura pelo discurso influenciar o comportamento de quem lê ou escuta, para induzi-lo a agir mais de um modo que de outro” (BOBBIO, 1997, p. 12). Bobbio (1997) explica que essa é uma forma de poder ideológico, que se exprime por meio do sermão na igreja, comícios na praça, jornais, opúsculos, livros, conferências e debates, rádios e tv. Nessa mesma perspectiva, Sirinelli (1996, p. 242) define intelectuais como sendo os “produtores de bens simbólicos, mediadores culturais e atores do político”.

Ademais, Boto (2012) menciona que a maioria dos intelectuais defendia a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino, e a eficácia da instrução. Ao ser divulgada em mídias de fácil acesso popular, a notícia cooperava para que se propagasse a necessidade da escolarização independente da classe social, demonstrando às famílias de baixa renda a utilidade das escolas.

A defesa do ensino obrigatório desvenda, por um lado, a intenção de universalização do saber dessa fração de classe dominante, que se apresenta como o único saber legítimo, em oposição ao não saber, à ignorância do povo, o que justificava a necessidade de dirigi-lo do alto. De um lado o conhecimento, a razão; de outro, a ignorância, a irracionalidade (MORAES, 2006, p. 151).

Pensar nessa remodelagem social não é fácil, sobretudo em uma cultura que, até pouco tempo, a existência de escolas não era vista como algo necessário. Com a adoção de um novo regime de governo, que, em sua estrutura, proclamava a renovação dos valores, a participação dos intelectuais foi de suma importância para a consolidação de “verdades”, ou seja, da escola como instituição necessária e capaz de aproximar o povo da escola e esta da sociedade como um todo (CAMBI, 1999).

No entanto, as mudanças de atitudes, hábitos e valores não se dão de forma repentina. É claro que os resultados de muitos desses discursos só foram incorporados ao cotidiano popular a partir da intensificação dos debates pedagógicos, quando se ressaltava a utilidade prática de se frequentar a escola. Tais debates eram promovidos pelos intelectuais da época.

Cambi (1999, p. 398) declara que a preocupação com a renovação escolar é um fenômeno antigo e tem a sua maior incidência durante o nascimento da idade contemporânea (1789). É nesse momento que a funcionalidade da escola é colocada em questão, pois “tratou-se de atualizar a escola por organização, gestão por programas, por modelos culturais [...]”. No Brasil, mais precisamente no século XIX, nos anos finais, “a escola se coloca como instituição delegada a formar o cidadão como homem e o homem como cidadão” (CAMBI, 1999, p. 487).



Visando a esses aspectos, os governantes passaram a perceber que, para acelerar o processo de redefinição das bases estruturais da sociedade, era preciso investir nas áreas educacionais, principalmente no incentivo à instrução primária e, não mais restrito, ao ensino das primeiras letras - nível escolar voltado ao ensino do ler, escrever e contar. A implantação de um novo modelo de produção gerou a necessidade de novos saberes e práticas essenciais para que os jovens, “futuro da nação”, aprendessem a manusear as ferramentas de trabalho, além de enquadrá-los nos moldes de civilidade. Nesse sentido, como no Maranhão do final do século XIX aproximadamente 85% da população não era escolarizada (SALDANHA, 1992), o Estado pretendeu disseminar o ensino como forma de, por um lado impulsionar o desenvolvimento econômico e social, e por outro elevar o número de eleitores².

Além das mudanças estruturais, alguns políticos e intelectuais maranhenses, a exemplo de Benedito Leite e Barbosa de Godóis, utilizaram os discursos como instrumento de dominação, cujo intuito era persuadir ideologicamente a população para a crença dos seus ideais. Para isso, passaram a investir na disseminação de mensagens que exaltassem os benefícios produzidos pela instrução. Tal ação foi entendida como ferramenta estratégica que possibilitava a inculcação de valores, o incentivo ao patriotismo e o respeito às autoridades (SOUZA; FARIA FILHO, 2006; NAGLE, 2008).

Por se tratar de aspectos historicamente instituídos e dependentes de subjetividades, o modo como cada sujeito se apropriou dessas determinações fez com que nem sempre a utilidade ou os efeitos promissores dos saberes escolarizados fossem destituídos de desconfiança, uma vez que as mudanças culturais não acontecem rapidamente e, por sua vez, não podem ser simplesmente varridas como se fossem algo descartável.

A aceitação ou não da obrigatoriedade do ensino público perpassou as marcas deixadas na história, quando a frequência em alguma instituição de ensino não fazia parte do cotidiano de uma grande parcela da população. Desse modo, os valores, as tradições e os posicionamentos eram historicamente adquiridos, assim como eram culturalmente transformados.

Ao divulgarem os ideais educativos, educadores, juristas e políticos tinham o crédito nas suas palavras e o poder de sensibilizar a comunidade por uma causa nobre: a instrução. Uma vez que eram pessoas de prestígio e que exerciam grande influência junto ao pensamento coletivo, era por meio deles que acontecia a divulgação das noções de certo ou errado, moderno ou atrasado, útil ou inútil. Contudo, é importante ressaltar que

as percepções do social não são [...] discursos neutros, produzem estratégias e práticas [...] que tendem a impor a autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (CHARTIER, 1988, p. 17).

A escolha desses intelectuais se deu pela relevante atuação no cenário educacional maranhense, com a implementação de reformas, sugestão de melhorias ou, mesmo, a exposição de suas insatisfações sobre o ensino primário maranhense. Dessa forma, apresentamos o político José Tomaz de Porciúncula, por ter sido o primeiro reformador após a Proclamação da República brasileira; a escolha de Lourenço Sá se deu por ter proposto em seu projeto a obrigatoriedade do

² A questão do analfabetismo aflorou-se no Brasil com a reforma eleitoral de 1882, conhecida como Lei Saraiva, que estabeleceu o Censo Literário (PAIVA, 1990).



ensino e da frequência escolar, ações que na época precisaram de vários esforços para serem concretizadas; Benedito Pereira Leite, que, durante a sua atuação política, ressaltou em vários de seus discursos a necessidade de reformar o cenário da instrução pública primária; e Barbosa de Godóis, por ser um dos personagens que esteve na direção da maioria dos estabelecimentos de ensino, reivindicando melhorias para tal setor.

A escolha da documentação concentrou-se nas mensagens dos governadores que atuaram no cenário maranhense durante o período de 1890 a 1908, e nas notícias publicadas no jornal *A Escola* (1908) e na obra de Barbosa de Godóis (*O mestre e a escola*), publicada em 1910. Esses documentos são dispositivos oficiais que permitiram conhecer as principais estratégias planejadas e colocadas em prática por esses personagens, sem perder de vista o lugar ocupado e os fatores que mobilizaram as suas investidas no campo escolar.

A república brasileira e os ideais de escolarização

Com a Proclamação da República em 1889, intensificou-se o combate ao analfabetismo. A meta prioritária desse modelo de gestão política preconizava a eliminação imediata do analfabetismo no Brasil, conforme podemos constatar com Paiva (1987, p. 28, grifo nosso):

[...] a falta de educação era tida como responsável por todos os problemas sociais, inclusive os relativos à saúde coletiva, pois '*o analfabetismo é o cancro que aniquila o nosso organismo, com as suas metástases, aqui a ociosidade, ali o vício, além o crime*'.

É nessa conjuntura que a escola começou a ser utilizada como elemento de civilização. Seguindo uma ótica modeladora, ela passou a ser adotada como meio eficaz para ensinar a população, ou parte dela, a conter os maus hábitos, estimular o amor à pátria e o respeito às autoridades. A isso, Nagle (2008) e Peixoto (1983) chamam de “entusiasmo pela educação”, isto é, a crença de que com a criação quantitativa de escolas poderiam conter a chaga do analfabetismo e apresentar o Brasil como uma nação civilizada perante os países desenvolvidos (EUA, França, Inglaterra e outros).

A Igreja deixou de ser a instituição responsável pela moralização do povo e o Estado elegeu a escola como uma instituição laica, de uso obrigatório, gratuito e capaz de disseminar os novos moldes do sistema que se queria implantar. Assim, a escola deixou de ser um

[...] simples instrumento de transmissão de cultura, para chamar a si, decisivamente, na qualidade de órgão público – órgão do Estado –, função mais larga de coordenação e regularização das necessidades de vida coletiva. A escola popular já não aparece apenas como gratuita, mas como obrigatória (LOURENÇO FILHO, 2002, p. 37).

Souza (2009) esclarece que o debate em torno do papel ou missão da escola popular foi cenário de discussão por todo ocidente, durante a segunda metade do século XIX. Entre as pastas de discussão estavam incluídas a questão dos conteúdos curriculares e os métodos de ensino, além “[...] da defesa da inclusão de conhecimento úteis fundamentados nas ciências naturais e sociais e nas noções de moral e educação cívica” (SOUZA, 2009, p. 73).



Dentre as ações políticas, destacamos os pareceres de Rui Barbosa apresentado ao parlamento brasileiro em 1882. Esses pareceres tinham como foco principal identificar os problemas existentes no Brasil referentes à educação, a fim de traçar estratégias para solucioná-los; além de sugerir a laicidade e a obrigatoriedade. Se, por um lado, Rui Barbosa apontava como um dos principais problemas a ser resolvido “[...] era [o de] reconhecer a importância da difusão do ensino para a construção de uma nação de progresso” (PAIVA, 1987, p. 27), por outro, Lourenço Filho, nessa mesma perspectiva, concluía que

é certo que, nos 40 anos de República, o ensino primário teve relativo desenvolvimento, embora muito desigual nas várias regiões do País. E desigual porque desigual haveria de ter sido o desenvolvimento demográfico e econômico, dada a diversidade de produção. (LOURENÇO FILHO, 2002, p. 21).

Esses autores esclarecem que muitas das ideias sinalizadas nesses pareceres eram copiadas de outras instâncias e de contextos diferenciados, onde a instrução pública já estaria em parte consolidada.

Nesse contexto, republicanos intensificaram as mensagens sobre a escola como algo prioritário e enfatizaram que o Estado deveria assumir o papel de possibilitar e democratizar o seu acesso. De fato, se, por um lado, a instrução pública brasileira não se diferenciou dos modelos implantados no restante do mundo quanto à questão ideológica, sendo utilizada como tentativa de controle social, por outro, a infraestrutura nem sempre recebia esses modelos de forma passiva, sem revolta ou sem reflexões efetuadas pelos indivíduos sem rosto e sem voz.

É importante destacar que, ao analisarmos a documentação legal referente às estratégias de afirmação do Estado por meio do ensino público, concordamos com Thompson (1992) e Certeau (1994), que ressaltam que, embora o poder da superestrutura dominante imponha seus ideais, a infraestrutura podia não os acatar sem embate. Ao impor condições de aprendizagem e de participação nas áreas sociais, o povo também via nisso um ato discriminatório e, ao mesmo tempo, revoltante.

A determinação dos lugares de ensino, com a indicação do que, quem e para quem se deveria transmitir conhecimentos, revela o preconceito e a divergência existente entre os níveis de escolarização. Nas escolas primárias, geralmente os docentes desabilitados eram os responsáveis pelo ensino, o qual era oferecido, em sua maioria, nas suas próprias casas, fato que revelava a deficiência e a ausência de escolas e de professores.

No intuito de promover uma nova configuração para a escolarização pública, o Estado se preocupou, essencialmente, em garantir a criação de leis que proporcionassem a institucionalização do ensino. Como consequência, criou-se a reforma do Ministro da Secretaria da Instrução Pública, Correios e Telégrafos do Rio de Janeiro - Benjamin Constant (1890), que serviu de ação estratégica para impulsionar as reformas e melhorar a educação. Shiroma (2000, p. 35) declara, porém, “[...] que o sistema educacional nunca foi destinado ao povo, ao longo de nossa história [...]”. Mesmo com inúmeras dificuldades estruturais, a nova ordem vigente tentou implantar um sistema de ensino capaz de consolidar o Regime Republicano.

Em todo o país, o ideal liberal democrático republicano fez surgir novas bandeiras de luta e, entre elas, estava a expansão do ensino primário. “O tema da educação popular passou a frequentar mais assiduamente o discurso político e a educação a ser proclamada remédio para todos os males que afligiam a nação” (SALDANHA, 1992, p. 12).



A transformação de um país que só há 67 anos deixava de ser colônia e já vivenciava os ares de República (1889) trazia um estilo de vida quase tão universal, uma revolução da economia e da sociedade quase tão profunda, quanto as que marcaram os períodos antecedentes (PAIVA, 1987). Nesse cenário, os dispositivos legais configuraram-se como estratégias que visavam conter o avanço decadente da instrução pública primária existente até 1889, embora saibamos que esses instrumentos não podiam mudar o estágio cultural de uma determinada sociedade, uma vez que as mudanças ocorrem de forma gradual, sendo entendidas mais como continuidade do que como ruptura.

As ações políticas se voltaram para a formação de um novo cidadão, isto é, era parte dos ideais republicanos “desemburrar” o homem, proporcionando-lhe os saberes elementares que garantissem a sua participação nas ações políticas e econômicas, nascentes no final do século XIX. Podemos destacar que, se antes o sistema de produção era essencialmente agrário e a maioria da população pobre acreditava ser desnecessário qualquer tipo de instrução formal para o exercício da atividade no campo, com o advento da República surgiram as primeiras tentativas de implantação de um parque fabril, sendo indispensável a formação de mão de obra que pudesse atuar na produção em larga escala, com o mínimo de desperdício.

Na esfera política, observamos que, para o povo ser considerado cidadão, era necessário exercer o direito ao voto, o qual só era possível àqueles que tivessem os conhecimentos das primeiras letras. A própria população começou a ver, nessas condições, fatores mais excludentes que estimulantes (PAIVA, 1987) e de ordem sociocultural: o povo deveria agora ser domesticado, ou melhor, moldado para a vida em sociedade. Uma das preocupações dos governantes se referia à contenção dos maus hábitos, dos vícios e dos costumes considerados inaceitáveis. Era preciso, então, disciplinar o povo para que aprendesse a se comportar em público, além de ressaltar o respeito às autoridades e a valorização à pátria.

Dessa forma,

[...] educar o povo tornar-se-ia a preocupação central do projeto educacional republicano. Sendo assim, o desafio de construir a nação brasileira passou pela necessidade de regenerar o povo, combatendo os maus costumes, o vício, a indolência. Caberia à escola primária [essa função] (SOUZA, 2008, p. 36).

Vemos, a partir desse discurso, a crença que vários republicanos depositaram na educação popular, porém, como garantir sua efetividade? Como transformar uma cultura por meio da simples criação de leis, já que as mudanças pretendidas não dependiam apenas do querer fazer, mas estavam diretamente associadas aos fatores econômicos, políticos e principalmente culturais? Havia muitos pais de família que se recusavam a mandar seus filhos para a escola. Somado a isso, também havia o desafio de adotar um modelo de ensino racional, moderno, eficaz, adequado e que correspondesse aos anseios de uma elite política nascente.

[...] rompendo com o ensino dogmático, coercitivo e sem nenhum apelo à razão, com preceitos disciplinares e castigos aos infratores [...] novas práticas, enfim surgiram na decadência das antigas, ressaltando a cultura das faculdades de observação, a espontânea atividade da criança. Daí o valor das lições de cousas, para proporcionar conhecimento exato das propriedades e visíveis ao aprendiz [...] insista-se, aí, portanto, em lhes transmitir [saberes concretos] e vivas, quanto possíveis, substituindo verdades abstratas pelas representações concretas (VIVEIROS, 1960, p. 284).



O método intuitivo configurava-se como o mais eficaz para o aprendizado, estruturando e adequando as aulas a uma lógica rígida, e abolindo com a prática de memorização, considerada ineficiente para o alcance dos objetivos propostos pelos republicanos, que consistia em aprender “fazer-fazendo” (VALDEMARIN, 2004).

Justo Jansen, um dos intelectuais maranhenses da época (implantação da República), propunha a adoção desse princípio em voga na Alemanha. Ele enfatizava que o mesmo seria capaz de superar as práticas tradicionais consideradas atrasadas e sem utilidade prática. Barbosa de Godóis também defendeu a adoção desses princípios nas escolas primárias maranhenses na primeira década republicana.

As críticas em torno do método de ensino, a falta de formação do professor, as condições deficitárias das escolas públicas primárias maranhenses eram situações constantemente denunciadas pelos intelectuais da época. Consideramos que a voz dessas personalidades, de alguma forma, influenciava o pensamento coletivo e contribuía para o reforço de que as mudanças no campo da instrução pública faziam-se necessárias e urgentes no estado do Maranhão.

José Thomaz de Porciúncula e o projeto reformador de 1890

No Maranhão, podemos destacar como um dos intelectuais que contribuiu para a institucionalização da instrução pública, sob a nova ótica republicana, o Senhor José Thomaz de Porciúncula, homem de vida curta, porém intensa. Nasceu num período conturbado, marcado por intensas manifestações de rebeldia (1854 – 1901). Tornou-se médico e dedicou-se aos assuntos públicos de forma veemente; era adepto do pensamento republicano, foi nomeado como o primeiro governador do Maranhão em 31 de dezembro de 1889 e entrou em exercício em 22 de janeiro de 1890, permanecendo até 7 de julho desse último ano. Durante esse período ficou responsável pela organização do Estado, que, além das dificuldades econômicas pelo qual passava, ainda decidira tardiamente pela adesão à República brasileira. Nesse sentido, o Maranhão precisava adotar os ideais republicanos, sendo esse um dos desafios que Porciúncula aceitou, com a convicção de que faria seu papel de cidadão.

Foi nomeado governador do Maranhão em 1890, cargo que teria sido ocupado anteriormente por uma junta governativa desastrosa, atrelada ou formada no regime imperial, e que foi um empecilho à instalação da República. José Thomaz de Porciúncula passou cerca de cinco meses na administração do Estado. Homem simples, correto, de proceder refletido, ameno ao trato e delicado, embora franco, sem rudeza na convivência. Segundo d’A República de 7 de junho de 1890, Porciúncula

[...] era um homem atencioso e delicado, embora franco, mas sem rudeza na convivência que tornava [...] pela urbanidade, inteiro e intransigente na realização das ideias republicanas, de ilustração segura e feita nos variados ramos da administração, tal se nos apresentou no governo deste estado, o Sr. José Thomaz de Porciúncula e dele hoje se retira, sem desmerecer um dia do conceito que dele formamos, ao colher as rédeas da administração. (VASCONCELLOS, 2016).



Apesar da curta estadia como presidente do Maranhão, Porciúncula promoveu algumas mudanças significativas, dentre elas o redirecionamento da instrução pública e a revitalização da biblioteca pública do Maranhão no âmbito da educação. É claro que como administrador do Estado tinha por obrigação trabalhar pelo bem comum e garantir, ainda que por meio da legislação, as mudanças no âmbito da educação, cultura, economia, dentre outros.

A preocupação com a organização do Estado estava atrelada ao desafio de remodelar ou reconfigurar a imagem da escola pública primária, pois esta permitiria que parte do setor popular se integrasse não apenas ao convívio civilizatório imposto nesse período, mas também à gestão de postos de trabalho a partir da implantação de um parque fabril no estado. Portanto, a remodelagem das escolas públicas foi uma iniciativa de toda a república.

No Maranhão, a reforma na instrução pública começou por via legal a partir do Decreto nº 21, de 15 de abril de 1890, referente à reorganização do ensino público no Estado, dispositivo que contou com a participação de uma junta formada por políticos, educadores e intelectuais da época, dentre eles Benedito Pereira Leite, mais tarde eleito governador do Estado. Dentre os assuntos em destaque nesse aparelho disciplinador estava a divisão do ensino em modalidades escolares, capazes de mesclar o conjunto de alunados por graus de ensino. Sendo assim, haveria escolas de nível primário, secundário, técnico ou profissional, com ensino gratuito, mas não obrigatório. Preocupou-se também com a criação da Escola Normal.

De acordo com o art. 5º desse decreto ficava determinado que as escolas fossem de primeiro grau nas povoações, de segundo nas vilas e de terceiro nas cidades³. Ademais, conforme o art. 7º:

Fica criada nesta capital uma escola normal onde funcionarão as seguintes cadeiras:

Gramática portuguesa, Literatura brasileira e portuguesa; Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria, Elementos da física, Química e Minerologia; Geografia geral e do Brasil; História geral e do Brasil; Elemento de botânica, Zoologia e Geologia; Pedagogia; Desenho; Música; Ginástica.

Para o sexo feminino haverá mais uma aula de costura, bordados e princípios de economia doméstica.

Esse currículo visava capacitar os professores para o ensino e preparo do novo cidadão. Conforme esse dispositivo legal, as escolas primárias se caracterizavam como: mistas; do sexo masculino e feminino; nos povoados as de primeiro grau; nas vilas as de segundo grau; e nas cidades as de terceiro grau. A profissionalização do ensino seria dada na Escola Normal, pela qual, em três anos, o aluno receberia a habilitação para o magistério público. Havia seis cadeiras na capital destinadas ao ensino primário e em bom estado de conservação, segundo constatado no depoimento abaixo:

3 De acordo com o Regulamento da Instrução Pública do Maranhão de 1893, o ensino elementar seria dado nas vilas e povoados e o integral nas cidades. O currículo nas escolas elementares era composto pelo ensino de leitura e recitação, caligrafia, ortografia, as quatro operações fundamentais da aritmética, número inteiro, números decimais, frações decimais e ordinária. Gramática elementar da língua portuguesa, lições de coisas, noções gerais de geografia geral e do Brasil. Noções de história do Brasil, moral e educação cívica. Já o currículo das escolas integrais continha, além dessas matérias acima citadas, o ensino de aritmética prática e comercial, geografia e corografia do Brasil, gramática expositiva da Língua Portuguesa, exercícios de redação, análise de clássicos. Noções de história natural, física e química aplicáveis à indústria, à agricultura e à higiene, música, desenho, ginástica; e nas do sexo feminino e nas mistas haveria mais o ensino de costura e bordado. (MARANHÃO. Regulamento da Instrução Pública, 1893. Disponível em: <<http://www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital>>. Acesso em: 20 abr. 2017.



Com relação à instrução primária e a forma escolar de socialização, em todo o estado, apenas seis, das 173 escolas existentes, tinham prédios próprios e adequados - duas em São Luís, uma em Caxias, uma em Itapecuru, uma em Viana e outra em São Bento. As outras funcionavam em edifícios improvisados ou na casa dos professores, sendo preciso, segundo este governador, um investimento no sentido de melhorar a estrutura física das instituições, inclusive obedecendo aos princípios da higiene, persistindo ainda pela criação de uma Escola Normal e de uma escola modelo, as quais se constituam numa necessidade a muito reclamada como declarou em seu relatório Manoel José Ribeiro da Cunha, inspetor Geral Interino da instrução pública (CASTRO; CASTELLANOS, 2015, p. 447).

Nas vilas, Porciúncula, juntamente com o Conselho Superior da Instrução Pública, órgão responsável pela elaboração de regulamentos, destinou cerca de 36:000\$000 às escolas. Em cada uma delas havia duas cadeiras: uma para o sexo masculino e outra para o feminino. Nos povoados, havia apenas cadeiras do sexo masculino, totalizando 55 cadeiras, sendo 43 do sexo masculino e 12 do sexo feminino. Para cada uma foi destinada a quantia de 32:000\$000. Além dessas despesas, foi orçado 1:000\$000 para ajuda de custo dos professores. O mesmo valor também foi destinado à compra de móveis para a escola primária, além de 3:140\$000 para a impressão e aquisição de compêndios necessários às escolas primárias da capital (VASCONCELLOS, 2016).

Lourenço de Sá e a obrigatoriedade do ensino

Lourenço Augusto de Sá e Albuquerque foi presidente do Maranhão em 1891, precedendo Tarquínio Lopes. Natural de Pernambuco, formou-se em Direito na Faculdade de Recife e iniciou a vida política como deputado das Províncias de Pernambuco. Em pouco tempo como presidente do Maranhão (14 março 1891-25 nov. 1891), Albuquerque elaborou a reforma da instrução pública, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino.

Segundo Vidal (2013), a obrigatoriedade da educação tem sido um tema desafiador, especialmente no que diz respeito à compreensão da gênese desse processo para os estudiosos da história da educação. Sobre isso, essa mesma autora afirma que “o conceito de obrigatoriedade é móvel, não estático, constantemente atualizado e ressignificado socialmente” (VIDAL, 2013, p. 10). Por sua vez, Castro (2013) ressalta que o jornal *O Publicador Maranhense* foi um importante mobilizador do debate sobre o ensino compulsório. Em suas manchetes estavam em destaque os benefícios da frequência à escola e como os países, a exemplo da Alemanha, Prússia e Áustria, regularizavam e implantavam esse processo.

A obrigatoriedade visava combater a ignorância para alcançar a inovação cultural. Esse era o desafio garantido pela assiduidade dos alunos. Para Castro (2013), o tema sobre a obrigatoriedade da frequência escolar remonta ao ano de 1838, quando da avaliação da instrução pública no Estado. Na ocasião, apontava-se como solução o ensino compulsório, mesmo que os responsáveis pelas crianças resistissem a esse preceito. No discurso de abertura da Assembleia Legislativa Provincial, Vicente Tomás Pires de Figueiredo Camargo, o presidente provincial do Maranhão, asseverava a necessidade de se instituir a obrigatoriedade da frequência escolar (MARANHÃO, 1838 apud CASTRO, 2013).



Dentre os planos de reforma na primeira metade do século XIX, elencamos alguns dispositivos legais que asseguravam o combate à desobrigação de alunos. De acordo com a Lei nº 93, de 16 de julho de 1840, foi instituída a fiscalização como forma de inibir tanto alunos como professores da não frequência escolar. Logo, para tentar sanar a crise na educação e imprimir a cultura de frequência às escolas, intelectuais da época, em seus discursos, chamavam a atenção para essa prática. Tal fato está visível na fala do presidente de província Vicente Felizardo e Melo, em 1839; de Antônio Miranda, em 1840; de Herculano Ferreira, em 1849, assessorado por Francisco de Mello Coutinho de Vilhena, Francisco Sotero dos Reis (primeiro inspetor da instrução pública do estado), João Francisco Lisboa e Alexandre Teófilo de Carvalho Leal (CASTRO, 2013).

Castro (2013) apresenta como pontos possíveis que distanciaram ou impediram a adoção de uma legislação sobre a obrigatoriedade da instrução a situação econômica da província, os conflitos políticos, a falta ou ausência de uma cultura escolar que despertasse pais e filhos para a utilidade do saber ler, escrever e contar. Além disso, outro ponto possível era o número insuficiente de professores para a ministração de aulas em determinados lugares, bem como a inexistência de compêndios e lugares próprios para a escola.

Contudo, é no regulamento da instrução pública maranhense de 1874 que encontramos um abrandamento da pena referente à não obrigatoriedade. Se, por um lado, o regulamento de 1854 instituiu multa àqueles responsáveis pela criança que não garantiam a sua assiduidade, por outro, ao determinar o ensino compulsório no documento de 1874, alargava os locais de atuação das escolas, indicando a própria casa do professor ou do educando, escolas sinalizadas pelos governos ou edifícios privados. É nesse dispositivo que vemos a isenção de pagamento de multa para as pessoas consideradas indigentes (CASTRO, 2013).

De acordo com Castro (2013), em se tratando de leis sobre a obrigatoriedade da instrução primária, a província do Maranhão ficou carente desse dispositivo por todo o período imperial. A abordagem desse tema ficou restrita aos regulamentos e às falas dos presidentes de província, já que fatores internos e externos corroboraram essa situação.

No regulamento de Alfredo Cunha Martins (1892), o princípio da obrigatoriedade escolar foi derrubado para dar lugar à facultatividade mais uma vez. Alfredo Cunha Martins, maranhense, nascido em Caxias, formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Recife e dedicou-se à área jurídica, onde exerceu a função de promotor e juiz no interior do Maranhão, além da província do Pará e Mato Grosso. Começou a vida política após se aposentar do cargo jurídico, assumindo o cargo de deputado estadual. Já em 1892 foi eleito para o cargo de vice-governador do Maranhão. Foi no período de ausência do presidente titular Manuel Inácio Belfort (08 jan. 1892 a 30 nov. 1892), por motivos de doença, que Cunha Martins (30 nov. 1892 a 27 out. 1893), ao assumir provisoriamente o comando do Maranhão, elaborou a terceira Reforma da Instrução Pública Maranhense, decretando a facultatividade do ensino.

Benedito Pereira Leite: o modelador da educação

Benedito Pereira Leite foi um dos grandes políticos federalistas do Maranhão e um dos mais animados com as Reformas da Instrução Pública do Estado. Formou-se em Direito pela Escola de Recife, legislava em várias Comarcas do Maranhão, exerceu o cargo de Inspetor do Tesouro Públi-



co, foi membro de duas Juntas Governativas, congressista, Deputado Federal e eleito Governador do Estado para o exercício de 1906 a 1910; faleceu em 6 de março de 1909, não terminando seu mandato (VIVEIROS, 1960).

Durante sua caminhada política, angariou prestígio no cenário político nacional, comprometendo-se com as questões de ordem social. Formulou decretos para a recriação da Biblioteca Pública do Maranhão, em 1895, e para a reorganização do Ensino Primário nessa mesma década. Leite defendia a ideia de que, no Maranhão, de nada valeria investir no Ensino Superior enquanto a escola básica não fosse uma realidade. Conforme assevera Viveiros (1960, p. 166):

Apesar de reconhecer o valor da instrução superior, Leite compreendeu que no Maranhão de nada valeriam as Academias enquanto suas escolas primárias não fossem uma realidade. E certo de que a construção de um edifício deve começar pelo alicerce, foi pelas escolas de primeiras letras que deu início a momentosa obra, que seria a mais brilhante página de sua vida de estadista e que lhe daria a imortalidade no coração do professorado maranhense. A reforma não era fácil de executar-se. Visava seu planejamento uma Escola Normal servida por um corpo docente, selecionado e aparelhado com material didático adequado, selecionado, e uma escola de aplicação, a fim de que os novos professores dignificados pelo preparo profissional e estimulados pelas melhorias e vantagens traduzidas na carreira, substituíssem os antigos mestres das escolas maranhenses, aplicando-lhes os novos métodos do ensino moderno.

As decisões políticas oscilaram entre a declaração de facultatividade e a obrigatoriedade do ensino, porém, poucos avanços se deram em termos de criação de escolas, pois a determinação era que as escolas isoladas coexistissem juntamente com as propostas de mudanças e de adequação de modelos e modalidades de ensino considerados modernos. A Reforma Benedito Leite, de 1895, trouxe de volta a obrigatoriedade do ensino primário, isentando aqueles que apresentassem alguma doença contagiosa, os deficientes e os indígenas (SALDANHA, 1992).

Após essas determinações, foi criado mais um dispositivo legal responsável por regular o ensino público no Estado, o Regulamento da Instrução Pública, elaborado por Benedito Pereira Leite em 1896, cujo objetivo era cumprir as especificações da lei de 1895, criada pelo mesmo autor. Todas essas reformas tentaram corrigir os insucessos e dar prosseguimento às suas antecessoras, ora instituindo a obrigatoriedade, ora declarando sua facultatividade.

As ações apresentadas, mesmo não garantindo mudanças substanciais do ponto de vista qualitativo, foram os primeiros passos rumo à ordenação do Ensino Público Primário no Estado. As propostas de Benedito Leitos foram constantemente divulgadas e lembradas nas suas falas. Para ele, o progresso econômico e social só poderia ser alcançado caso os estados, em conjunto com a força municipal e nacional, investissem na instrução pública. É claro que, por detrás desses discursos, Benedito Leite queria conseguir o reconhecimento político por meio da criação de projetos que oportunizassem algum benefício para a massa de votantes.

Está sem dúvida na consciência de todos que a instrução popular é o meio mais importante de todos os elementos do desenvolvimento das nações. Dai instrução ao povo, derrame-a em abundância pelas classes populares e, se nada mais puderdes fazer, podeis depois disso cruzar os braços, tranquilos, confiantes e satisfeitos por que daí há de brotar a maior soma de benefícios que a vossa imaginação concebe (LEITE, 1895 apud VIVEIROS, 1960, p. 167).



A falta de investimento no campo educacional maranhense determinou que a força dos discursos republicanos, registrada nas Reformas, Leis e Regulamentos da Instrução Pública, chegasse a apresentar o cenário deficitário do final do século XIX. De acordo com Viveiros (1960, p. 163), “[...] durante todo o segundo reinado, o Maranhão não pôde solucionar o magno problema da instrução pública”. Os investimentos na criação dessas escolas se efetivaram especialmente na abertura de novas cadeiras tanto no interior como na capital; esses números nem sempre representavam a quantia exata de escolas existentes.

De 1888 a 1899 houve um crescimento aproximado de 26,66% de colégios para o sexo masculino, enquanto 20,33% eram destinados ao sexo feminino. Essas cadeiras, em sua maioria, eram isoladas e ofereciam um número limitado de disciplinas; no caso da cadeira feminina, quase sempre se restringiam à formação básica e à aprendizagem de prendas domésticas. Em relação ao total de escolas, em 1888, as cadeiras masculinas representavam cerca de 60% do quantitativo existente, diminuindo para 49,56% em 1899, enquanto as do sexo feminino chegavam a 39,59% em 1888, e, em 1899, alcançou aproximadamente 30,86% de um total de 230. Ambos os sexos diminuíram seus percentuais e o motivo se refere ao fato de o Estado investir na criação de escolas mistas e determinar aos municípios que as criassem em suas jurisdições.

Levando-se em consideração a atuação desse político, o coronel Mariano Martins Lisboa, presidente do Congresso Legislativo, no exercício do cargo de governador do estado do Maranhão, por meio da Lei nº 506, de 16 de março de 1909, concedeu pensões à viúva e à filha do Dr. Benedito Leite.

Faço saber a todos os seus habitantes que o congresso decretou e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1 – são concedidas as pensões de 250\$000 mensais a d. Angélica Pires Ferreira Leite e de igual quantia a d. Ana Elvira Leite, viúva e filha do inolvidável Dr. Benedito Pereira Leite.

Art. 2 – fica o governo autorizado a abrir os créditos necessários para o imediato cumprimento desta lei.

Art. 3 – revogam-se as disposições em contrário

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão interinamente como nela se contem. O diretor da secretaria do governo a faça imprimir, publicar e correr.

Palácio do governo do estado do Maranhão, em 16 de março de 1909, 21º da República – Mariano Martins Lisboa.

Uma situação que também chama a atenção está relacionada aos projetos em prol da educação no Maranhão, durante o período em que atuou como governador. Dentre os dispositivos dessa natureza foi possível identificar apenas algumas ações, sem grande relevância, em prol do desenvolvimento educativo no Estado. Em algumas passagens, vemos sempre Benedito Leite justificando essa dificuldade pela situação financeira a qual o estado passava.



Infelizmente não são boas atualmente as condições financeiras do estado e isto se deve ao desequilíbrio que resulta principalmente da sensível diminuição da exportação, determinada pela queda do preço dos gêneros, do conseqüente decréscimo da produção e da falta de pagamento de impostos de consumo sobre gêneros vindos de outros estados.

No período de 1895 a 1905 não se operou mudança alguma digna de nota. Os gêneros de produção do estado que configuravam no princípio desse período são exatamente os mesmos que figuram atualmente, o sistema adotado para a lavoura não se alterou de modo algum, a indústria que existia naquela época é a mesma que ainda hoje está. Os meios de transporte se conservaram nas mesmas condições e o regime de trabalho não se mudou de forma alguma. Assim, nesse espaço de tempo, as condições econômicas de caráter permanente se conservaram como ainda hoje se conservam as mesmas.

O acréscimo de despesas com a escola normal escola modelo, curso anexo, grupos escolares, escolas para normalistas e externatos sobe a mais de cento e oitenta contos de reis. É alta a cifra senhores, mas é também da mais alta importância o serviço a que ela se refere. A escola normal, criada desde 1890 não tinha vida real. [...]

O ensino primário na capital e em alguns pontos do interior aonde já se tem estendido a ação da escola normal, está criando a luz dos novos métodos uma nova orientação e despertando em todos o interesse sincero pela instrução, sendo digno de nota o empenho com que de toda a parte solicitam –se professores habilitados, o que infelizmente não é fácil atender por não dispor ainda o governo de professores em número suficiente.

Além de escolas e grupos escolares, tem-se criado no interior externatos para auxiliar o ensino e em algumas localidades tem eles dados bons resultados. (MARANHÃO. MENSAGEM, 1907, p. 6-7).

Com efeito, não podemos desconsiderar que Benedito Leite foi um dos políticos que conseguiu transitar no meio social e político levando ao conhecimento da comunidade maranhense a necessidade e a preocupação com a instrução primária. Em contrapartida, é importante pensar que, durante o período em que esteve à frente da administração do Estado maranhense, não conseguiu estender ou derramar o ensino em todas as localidades como sempre discursava, justificando essa realidade pela ausência de recursos investidos na instrução pública, fato que foi duramente criticado pelos seus opositores.

Barbosa de Godóis: a escola que se quer e o professor que se tem

O ludovicense Barbosa de Godóis nasceu em 1860 e morreu aos 63 anos, no Rio de Janeiro. Aos 24 anos, formou-se em Direito na Faculdade de Recife e, posteriormente, exerceu o cargo de Procurador da Justiça Federal do Maranhão. Ao longo de sua vida, além dos assuntos jurídicos e políticos (deputado estadual e vice-presidente do Maranhão), teve uma inclinação para os temas relacionados à educação, com grande contribuição no campo escolar, pois foi diretor da Escola Normal, da Escola Modelo e dos Grupos Escolares. Também ajudou a criar a Academia Maranhense de Letras, ocupando a cadeira de número um. Como escritor, destacou-se com as seguintes obras: *Instrução cívica* (1890), *Escrita rudimentar* (1904), a *Memória do Dr. Benedito Leite* (1905), *O mestre e a escola* (1911), *Higiene pedagógica* (1914) e *Os rumos da educação na escola primária* (1914). Foi também o compositor do hino do Estado do Maranhão (LICAR, 2010).



Como republicano, Godóis defendeu a criação de escolas como ponto chave para a remodelagem da nação. Em seu livro *O mestre e a escola (1910)*, ele afirma que, com a criação da Escola Normal, Escola Modelo e dos Grupos Escolares, a situação educacional do Maranhão apresentava contornos diferenciados de épocas pretéritas. Essa realidade só foi possível, de acordo com Godóis, devido à Reforma da Instrução pública, empreendida na gestão de José Thomaz de Porciúncula (1890), que estabeleceu a criação da Escola Normal em 1890, pois, “por toda parte, ninguém mais se satisfaz com a cultura primária antiga e os antigos processos de ensino” (GODÓIS, 1910, p. 4).

Godóis se referia ao método memorístico, ao ensino individual, à falta de estruturação curricular, ou à ordenação dos conteúdos, e à ausência de uma casa formadora de professores. Tais investimentos eram essenciais para adequação do Estado ao projeto liberal. Nesse caso, a criação da escola de aplicação, em 1999 (escola modelo), e a conversão das escolas estaduais em grupos escolares, em 1903, foram melhorias implementadas pela administração pública, principalmente no que se refere ao método e à ampliação do currículo, bem como às normas e regras que garantiam o sucesso desses novos empreendimentos.

Para Godóis não fazia sentido criar uma Escola Normal sem local específico para que as professoras exercitassem na prática a didática aprendida na teoria. Baseado nos estudos do Padre João Batista La Salle, século XVII, Barbosa de Godóis reconhecia a necessidade de “uma escola primária de aplicação, anexa à Escola Normal, a fim de que os aspirantes ao professorado se fossem nella [sic] exercitando na prática do ensino, além da adoção do método simultâneo” (GODÓIS, 1910, p. 33).

Sobre as diferenças entre ensino clássico e moderno, encontramos o seguinte fragmento que ilustra como os investimentos na formação de professores pela Escola Normal e a criação de escola de aplicação e dos grupos escolares exigiam mudanças na forma de ensinar.

O ensino moderno

Para bem se compreender as vantagens do ensino moderno é necessário um ligeiro retrospecto sobre o que se faz à antiga.

Como não nos ignoramos a todos os que, como nós, aprenderam sob o influxo da escola velha, para a criança começar aprender a ler, metia-lhe na mão a carta de ABC, o pior dos métodos para se principiar a ler, como classifica a moderna pedagogia.

Nenhum desses ignora o que é esta carta: um fôlego sem atrativo algum para crianças, o qual, si alguma coisa opera, nada mais faz que aborrecer o principiante e levar este por sua vez a aborrecer o livro.

Por isso é que tem havido crianças e há delas onde está em voga a carta de ABC, que passaram meses e meses, todos os dias, a carta às mãos rasgaram uma e mais carta e muito custaram a dar os primeiros passos em leitura.

[...]

Para se aprender o cálculo vinha outro folheto e a tabuada, irmã gêmea da carta de ABC, que a seu termo produzia no domínio do número, estrago idêntico ao do ABC na arte de ler.



Quanto à escrita, jamais saiu da escola uma criança que soubesse redigir duas linhas, e os alunos mais adiantados sabiam apenas copiar.

E quanto ao mais tudo era trabalho fatigante de memória, que os alunos executavam inconscientemente.

[...]

Eis-aí, o que era a escola antiga. Hoje tudo se deve passar de outra maneira: em vez de um folheto sem gosto algum para a criança, deve-se-lhe dar um livro de agradável aspecto, de figuras que ela gosta de ver, de texto que não enfastia, já pela sua exclusão, já pelo tamanho de letra, já pelo assunto, que é propriamente infantil.

Em lugar de uma tabuada nas condições daquela a que já nos referimos – um livro atraente como o de leitura, onde se cultivam a observação e o raciocínio infantil, tornando assim os primeiros passos em número um poderoso meio de cultura mental da criança, e o cálculo, que a tanta gente e boa enfastia e parece tão inextricável.

[...]

A escrita para as classes mais adiantadas não mais se limitará à cópia, mas deve chegar até a redação inclusive, e a cópia de um ditado não há de mais restringir-se à grafia das palavras lidas, porém, será um trabalho completo onde o aluno tem de revelar que não somente sabe ortografar as palavras, mais ainda aplicar as notações sintáticas sem o auxílio do mestre. (A ESCOLA, n, 1, ano 1, Maranhão, 9 out. 1909).

Godóis considerava que era nas vivências, nas relações com os alunos e nas experiências cotidianas que deveriam se formar os verdadeiros professores; escola de formação sem a presença de uma escola de aplicação não garantia o desenvolvimento almejado, tornando-se possível somente “a partir da reforma de 1899 que teve um impulso vigoroso, pois foi ampliado o programa de ensino [da Escola Normal] e anexada uma escola modelo” (GODÓIS, 1910, p. 4). Tratava-se, portanto, de um interesse coletivo à instrução popular diretamente ligado “ao bem-estar público e à ordem política” (GODÓIS, 1910, p. 4). Logo, “a esse dever do Estado, a compreensão moderna da importância da instrução nacional [era] fator de engrandecimento dos povos” (GODÓIS, 1910, p. 8).

Como reconhecido educador e com uma efetiva participação nos diálogos públicos, Godóis demonstrava uma intensa preocupação com a causa da instrução pública. A tríade “escola - mestre - e sociedade” resultaria em mudanças qualitativas no campo social e seria um elemento de transformação, pois, para ele, a

escola e o mestre são duas grandezas diretamente proporcionais, onde *a cultura que a escola proporciona denuncia o preparo de quem a rege, [...]* A escola, vai refletindo [assim] tendências diferentes e alargando o seu campo de ação para corresponder ao estado e às aspirações do seu tempo (GODÓIS, 1910, p. 15-16, grifo nosso).

Godóis foi um dos intelectuais que no final do século XIX combateu o analfabetismo, atrelando o estado caótico da instrução pública maranhense à ausência de uma Escola Normal. Ele acreditava que, para promover mudanças significativas e se adequar às exigências do momento histórico, a implantação de uma escola de formação se fazia imprescindível. Ela seria o local



adequado e indicado para o aprendizado de novos métodos de ensino, novas práticas e conteúdos curriculares, regras, condutas, ritos e demais aspectos inerentes à instrução. Para Godóis, a escola teria que acompanhar o avanço social, cultural e tecnológico, e o mestre, nesse contexto, deveria acompanhar essa evolução (GODÓIS, 1910).

No Brasil, as escolas normais nasceram da iniciativa popular de homens cultos, os quais acreditavam na eficácia dessas instituições. Entre eles estavam “Visconde de Jagnary, Marquez de Olinda, José Antônio Saraiva, João Alfredo Rodrigues Torres e outros, [que] criaram assim um Instituto de Formação em 1874 no Rio de Janeiro”. Essa medida impulsionou a criação de uma Escola Normal pública, sob a direção de Benjamin Constant, regulamentada em 1880, nesse Estado (GODÓIS, 1910).

Para Godóis (1910, p. 67), a escola antiga era aquela que restringia o ensino ao rudimento do cálculo, da leitura e da escrita, “não podendo corresponder às necessidades da cultura escolar do nosso tempo e que se exige no mestre moderno, não somente uma competência que vá muito além dessas matérias, como outros métodos de ensino, calcados em bases científicos”.

A partir disso, qual o papel dos professores nesse projeto reformador? De promover o consenso na população? De propagar ideais de civilidade? De orientar para a vida pública, econômica e cultural? São várias as incumbências desse profissional que, ao receber a “influência do meio social em que vive e das ideias da sua época, transmite-se ao pequeno grêmio dos seus ouvintes, afeiçoando, por este modo, o moral de cada um deles aos interesses superiores da coletividade” (GODÓIS, 2010, p. 15).

A conjuntura de vivências e os diferentes tipos de investimentos realizados para adequar a missão do professor a uma determinada época foram fundamentais, sobretudo à medida que as necessidades desse período impulsionaram a formação e adequação do professor, já que ele era também um disseminador de ideias, um irradiador de novos costumes. A tentativa era formar uma cultura letrada, afeita aos bons costumes.

Considerações

A partir dessa reflexão, podemos afirmar que os intelectuais que atuaram nas questões educacionais no estado do Maranhão tiveram uma atuação ativa nas decisões e nos rumos que se desejava trilhar. Ora, um estado onde a maioria da população era analfabeta, sem a cultura de ir à escola, ou sem ter a consciência dos proveitos desta para a sua vida ou para a de seus descendentes, revelava os desafios que esses personagens tiveram de enfrentar: o de criar as condições necessárias para a implantação do projeto reformador, onde a obrigatoriedade da frequência escolar e a formação de professores se tornaram ações prioritárias; e fazer com que a sociedade maranhense visse a frequência escolar e a obrigatoriedade do ensino, instituído em lei, de forma natural e eficiente, pois, ao mesmo tempo em que os ajudariam a sair do estado de ignorância, contribuiriam para o desenvolvimento da nação. Isso era o que se esperava.

A defesa da renovação dos ideais educativos pode ser vista a partir de múltiplos aspectos. Sabemos que se o intelectual tem o objetivo de incentivar ou fazer com que as pessoas ajam conforme os seus intentos ou interesses, é claro que também podemos entender que os discursos são intencionais e cumprem um papel não apenas legal, mas de natureza pessoal, dando visibilidade para o emissor da mensagem, conforme o local de onde fala.



O reconhecimento público é um aspecto que designava o mérito a determinado político e/ou educador. No caso, por exemplo, de Nepomoceno, ao ser indicado como governador do Maranhão, tratou de noticiar os seus feitos também no campo educacional. Por isso, ao longo de seis meses de atuação, conseguiu o reconhecimento pretendido e foi nomeado para o governo do Rio de Janeiro.

Da mesma forma, Cunha Martins, ao ter o seu nome indicado, mesmo sabendo das deficiências econômicas do Estado e da falta de estrutura das escolas, além da cultura da não frequência escolar, tratou de criar a lei que defendia a obrigatoriedade do ensino, valendo-se de preceitos ou normatizações universais, sem levar em consideração as deficiências ou as decadências vividas no estado.

É evidente que as ações ou determinações precisariam ser feitas, pois era necessário sair da situação de torpor na qual se encontrava. Urgia apagar a visão de escola atrasada, tendo em vista que os métodos e/ou os modelos de escolas já não correspondiam aos ideais propagados e defendidos pela República. Ao mesmo tempo, esses aspectos eram determinantes para julgar que o Estado não conseguiria ser reconhecido como moderno, sobretudo se não se adequasse aos princípios defendidos pelo novo cenário do século XIX.

O que se observa é que, ao analisar as posturas desses intelectuais, principalmente os políticos, percebemos que a ação legal figurou como prioridade e o contexto ou as condições necessárias nem sempre foram levadas a sério. Apesar disso, concordamos que se, por um lado, muitas das propostas não passaram de letra morta ou de realização de projetos mal estruturados, por outro, pode-se considerar a força dos discursos e a crença na mudança ao formularem ou darem pareceres sobre determinado tema. Ao terem o seu discurso noticiado nos dispositivos oficiais ou culturalmente reconhecidos, conseguiam demonstrar a influência na formação da opinião pública.

Podemos constatar a recepção da população a esses discursos quando eram proferidos nos sermões da igreja ou no palanque público, ou mesmo divulgados nas constantes tiragens dos jornais de maior repercussão. Esses discursos conseguiam atingir os seus intentos, pelo menos os principais: o de convencer a população sobre os benefícios da instrução pública primária para o progresso da nação.

Os reformadores atuaram principalmente pela consolidação de exigências que já eram requeridas no período anterior, como a criação de uma Escola Normal, a organização do ensino em seus níveis primário, secundário, profissional e superior, e a necessidade dele mesmo garantir as condições basilares para a adoção do ensino compulsório e da frequência escolar. Essas condições, durante a última década republicana, oscilaram entre a facultatividade e a obrigatoriedade.

Foi também por meio do debate político que vimos florescer os discursos em prol da instrução pública primária, atrelando a sua falta à carência ou ao atraso existente na sociedade. A atuação desses políticos possibilitou que parte da população assimilasse que o momento exigia mudanças e que estas só seriam ofertadas pelo Estado.

Não podemos perder de vista que os reformadores instituíram Leis, Decretos, Pareceres e Reformas, mas também, pelas próprias condições enfrentadas pelo Estado, não garantiram efetivamente a consolidação de parte dessas reformas. Estas, por sua vez, dependiam da participação social e da assimilação dos proveitos garantidos por essas ações, tais como a frequência escolar e a efetiva adoção da obrigatoriedade do ensino.



Referências

- BOBBIO, N. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo, Editora da UNESP, 1997
- BOTO, Carlota. **A escola primária como rito de passagem**: ler, escrever, contar e se comportar. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2012.
- CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.
- CASTRO, César Augusto. Os percursos da obrigatoriedade escolar no Maranhão. In: VIDAL, Diana Gonçalves; SÁ, Elizabeth Figueiredo de; SILVA, Vera Lúcia Gaspar de (Org.). **Obrigatoriedade de escolar no Brasil**. Cuiabá: Edufimt, 2013.
- _____; CASTELLANOS, Samuel Luiz Velazquez. Arquitetura escolar: entre construções e adaptações. In: SOUZA, Rosa Fátima; PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (Org.). **História da escola primária no Brasil**: investigação em perspectiva comparada em âmbito nacional. Aracaju: Edise, 2015.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Lisboa: Difel, [1988].
- A ESCOLA, Maranhão, ano 1, n.1, 9 out. 1909. Disponível em: <http://www.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/201408272312441409191964_75491409191964_7549.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2016.
- GODÓIS, Barbosa. **O mestre e a escola**. Maranhão: Imprensa oficial, 1910.
- LICAR, Ana Carolina Neres Castro. **A questão do livro na Escola modelo Benedito Leite**: cultura e material escolar e poder disciplinar no Maranhão (1900-1911). 2010. 164p. dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação. Universidade Federal do Maranhão, 2010.
- LOURENÇO FILHO, Manoel Bergstrom. **Tendências da educação brasileira**. Organização de Ruy Lourenço Filho e Carlos Monarcha. 2. ed. Brasília: MEC/INEP, 2002.
- MARANHÃO. Decreto n. 21, de 15 de abr. 1890. In: **Colleção de leis das Leis, Pareceres, Resoluções do Congresso, Decretos e Decisões do Estado do Maranhão, 1889-1892**. Maranhão: Typ. A Vapor dos Frias, 1893.
- MORAES, Carmen Sylva Vidigal. **O ideário republicano e a educação**. Campinas: Mercado das Letras, 2006.
- NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2008.
- PAIVA, Vanilda Pereira. Um Século de Educação Republicana. **Revista Pro-Posições**. v. 1, n. 2, jul. 1990. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8644495/11914>. Acesso em: 12 abr. 2017.
- PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adulto**. São Paulo: Edições Loyola, 1987.
- PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. **Educação no Brasil – anos 20**. São Paulo: Loyola, 1983.
- SALDANHA, Lilian Maria Leda. **A instrução pública maranhense na primeira década republicana**. 1992. 237 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 1992.
- SHIROMA, Eneida Otto et. al. (Org.). **Política educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de



Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996, p.231-270.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Alicerces da pátria**: história da escola primária no Estado de São Paulo (1890-1976). Campinas: Mercado das Letras, 2009.

_____. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX**: (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, Rosa Fátima de.; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A Contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, SP: Mercados das letras, 2006.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

VALDEMARIN, Vera Teresa. **Educando as lições de coisas**: análise dos fundamentos filosóficos do método de ensino intuitivo. Campinas: Autores associados, 2004.

VASCONCELLOS, Francisco. **Porciúncula Governador do Maranhão**. Disponível em: <ihp.org.br/26072015/lib_ihp/does/fjrv200109167.htm#topo>. Acesso em: 13 abr. 2016.

VIDAL, Diana Gonçalves. Faces da obrigatoriedade escolar: lições do passado, desafios do presente. In: VIDAL, Diana Gonçalves; SÁ, Elizabeth Figueiredo de; SILVA, Vera Lúcia Gaspar de (Org.). **A Obrigatoriedade escolar no Brasil**. Cuiabá: EDUFMT, 2013.

VIVEIROS, Jerônimo de. **Benedito Leite**: um verdadeiro republicano. 2. ed. São Paulo: Serviço de documentação, 1960.

Recebido em: 17/07/2019

Aceito em: 15/09/2019